

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA NA ESCOLA

SUSTAINABILITY AND EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR THE DEVELOPMENT OF AN ECOLOGICAL AWARENESS IN SCHOOL

STEFANIA ZEGANSKI VENTURA
Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2015); Professora de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

RESUMO

A sustentabilidade constitui um dos maiores desafios da contemporaneidade, exigindo transformações profundas nos modos de produção, consumo e relação com a natureza. Nesse cenário, a escola ocupa papel central ao formar cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade socioambiental. O presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da educação para a sustentabilidade no contexto escolar brasileiro, discutindo seus fundamentos teóricos, resgatando elementos históricos, identificando os desafios de sua implementação e apontando perspectivas de consolidação. A partir de uma abordagem teórica, são analisadas as contribuições de autores como Paulo Freire, Gadotti e outros pensadores da educação crítica, bem como as orientações presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O estudo evidencia que, embora haja avanços normativos e experiências pedagógicas relevantes, a prática escolar ainda enfrenta dificuldades significativas, como a fragmentação curricular, a falta de formação docente adequada, a carência de recursos e as resistências culturais. Por outro lado, projetos interdisciplinares, parcerias entre escola e comunidade e metodologias que valorizam o consumo consciente e os princípios dos 5Rs (repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar) despontam como caminhos promissores. Conclui-se que a educação para a sustentabilidade é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e ambientalmente responsável, devendo ser tratada não como tema secundário, mas como dimensão estruturante da prática educativa.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Educação Ambiental; BNCC; ODS; Escola.

ABSTRACT

Sustainability is one of the greatest challenges of our time, demanding profound transformations in modes of production, consumption, and our relationship with nature. In this scenario, the school plays a central role in forming critical citizens aware of their socio-environmental responsibility. This article aims to analyze the relevance of education for sustainability in the Brazilian school context, discussing its theoretical foundations, recovering historical elements, identifying the challenges of its implementation, and pointing out perspectives for its consolidation. From a theoretical approach, the contributions of authors such as Paulo Freire, Gadotti, and other thinkers of critical education are analyzed, as well as the guidelines present in the National Common Curricular Base (BNCC) and the UN Sustainable Development Goals (SDGs). The study shows that, although there are normative advances and relevant pedagogical experiences, school practice still faces significant difficulties, such as curricular fragmentation, lack of adequate teacher training, lack of resources, and cultural resistance. On the other hand, interdisciplinary projects, partnerships between school and community, and methodologies that value conscious consumption and the principles of the 5Rs (rethink, reduce, reuse, recycle, and refuse) emerge as promising paths. It is concluded that education for sustainability is an indispensable condition for building a more just, supportive, and environmentally responsible society, and should be treated not as a secondary issue, but as a structuring dimension of educational practice.

Keywords: Sustainability; Environmental Education; BNCC; SDGs; School.

INTRODUÇÃO

A educação, na contemporaneidade, não pode ser compreendida apenas como o espaço de transmissão de conhecimentos técnicos e científicos. Ela é também um espaço de formação ética, crítica e cidadã, onde valores e práticas precisam dialogar com os desafios globais que ameaçam a vida no planeta. Entre esses desafios, destacam-se as mudanças climáticas, a degradação ambiental e a exploração desenfreada dos recursos naturais. Nesse contexto, a educação para a sustentabilidade surge como campo de reflexão e ação pedagógica indispensável, pois busca preparar os sujeitos para atuar de maneira responsável e consciente em relação ao meio ambiente, à sociedade e à economia.

O debate sobre sustentabilidade na escola não se restringe a atividades pontuais, como campanhas de reciclagem ou datas comemorativas. Trata-se de um processo educativo contínuo, que deve estar presente no currículo, nas metodologias de ensino e na cultura escolar. Autores como Gadotti (2000) defendem que a educação para a sustentabilidade está diretamente ligada à construção de uma cidadania planetária, em que cada sujeito reconhece seu papel e sua corresponsabilidade na preservação da vida. Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU reforçam a necessidade de formar estudantes capazes de tomar decisões conscientes e solidárias diante dos problemas ambientais e sociais do século XXI.

PROBLEMA

Apesar da crescente inserção do tema nos documentos normativos e nas políticas públicas, a prática pedagógica ainda revela fragilidades significativas. Muitas escolas tratam a sustentabilidade de forma fragmentada, restrita a

projetos isolados ou a datas específicas, sem que haja integração efetiva ao currículo. Além disso, persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à falta de recursos e ao desafio de transformar a consciência ambiental em práticas cotidianas. Nesse cenário, o problema que norteia esta pesquisa é: como consolidar a educação para a sustentabilidade no contexto escolar brasileiro, superando os desafios estruturais, pedagógicos e culturais que limitam sua efetivação?

OBJETIVO GERAL

Analisar a relevância da educação para a sustentabilidade no contexto escolar, discutindo seus fundamentos teóricos, os desafios de sua implementação e as perspectivas de consolidação de práticas pedagógicas que contribuam para a formação de uma consciência ecológica crítica e transformadora.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Resgatar o histórico da educação ambiental e sua relação com o conceito de sustentabilidade;
- Apresentar os fundamentos teóricos que sustentam a educação para a sustentabilidade;
- Examinar como a BNCC e os ODS contemplam a temática da sustentabilidade;
- Analisar as dificuldades enfrentadas pelas escolas na efetivação de práticas pedagógicas sustentáveis;
- Apontar perspectivas e possibilidades para o fortalecimento da educação para a sustentabilidade no contexto brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A escolha pelo tema se justifica pela urgência de enfrentar a crise ambiental e seus impactos sociais e econômicos, que afetam diretamente as novas gerações. A escola, como espaço privilegiado de formação, não pode se eximir dessa responsabilidade. Refletir sobre a educação para a sustentabilidade significa, portanto, contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes e engajados com a preservação da vida em todas as suas formas. Além disso, o tema dialoga com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Agenda 2030 da ONU, que estabelece como meta assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, com atenção especial à sustentabilidade. Assim, compreender os desafios e as possibilidades dessa temática é fundamental para fortalecer práticas pedagógicas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e ecologicamente responsável.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA SUSTENTABILIDADE

A preocupação com a relação entre ser humano e natureza acompanha a história da civilização. Desde as sociedades antigas, já havia percepções sobre a importância de preservar os recursos naturais, ainda que de forma empírica e vinculada à sobrevivência imediata. Povos indígenas, por exemplo, desenvolveram práticas sustentáveis baseadas no equilíbrio com os ecossistemas, transmitindo saberes que integravam cultura, espiritualidade e cuidado ambiental. Essas tradições, muitas vezes marginalizadas pela lógica colonial, hoje são reconhecidas como fontes valiosas de conhecimento para a sustentabilidade contemporânea.

No âmbito acadêmico e político, a preocupação com o meio ambiente ganhou força principalmente a partir da segunda metade do século XX. O relatório “Os Limites do Crescimento” (1972), elaborado pelo Clube de Roma, alertou para os impactos do crescimento econômico desenfreado sobre os recursos naturais e inaugurou um debate global sobre desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, consolidou a necessidade de articulação entre crescimento econômico e

preservação ambiental. Esse encontro também reforçou a educação como ferramenta essencial para promover mudanças de mentalidade.

Na década de 1980, a Estratégia Mundial para a Conservação (1980) e, posteriormente, o relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), conhecido como Relatório Brundtland, popularizaram o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como aquele capaz de atender às necessidades da geração presente sem comprometer as gerações futuras. Essa definição se tornou referência mundial e orientou políticas públicas e educacionais em diferentes países.

O papel da educação foi novamente reforçado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que resultou na Agenda 21, um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável em nível global, nacional e local. Nesse documento, a educação foi apontada como elemento estratégico para transformar valores, comportamentos e práticas sociais.

No Brasil, a educação ambiental foi consolidada como direito e dever legal com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que estabeleceu a obrigatoriedade da abordagem transversal da temática em todos os níveis e modalidades de ensino. Desde então, a legislação brasileira reconhece a sustentabilidade como princípio educativo, vinculando-a à formação cidadã e à responsabilidade socioambiental.

Mais recentemente, a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforçaram esse compromisso, especialmente por meio do ODS 4, que trata da educação de qualidade, e do ODS 13, que enfatiza a ação contra as mudanças climáticas. A BNCC (2017) também incorporou a sustentabilidade como eixo transversal, destacando a necessidade de formar sujeitos críticos capazes de compreender e intervir nas questões socioambientais.

Portanto, o histórico da educação ambiental e da sustentabilidade demonstra que, embora os debates tenham surgido inicialmente como resposta às crises ambientais globais, eles se consolidaram como agenda educacional e política de longo prazo. A escola, nesse processo, é vista não apenas como transmissora de informações, mas como espaço de formação de uma consciência ecológica crítica, capaz de articular teoria e prática, conhecimento e ação, individualidade e coletividade**.**

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

A educação para a sustentabilidade é sustentada por uma ampla base teórica que articula pedagogia crítica, filosofia da educação, ecologia e políticas públicas. O ponto de partida fundamental é compreender que sustentabilidade não se restringe a uma dimensão ambiental, mas abrange aspectos sociais, econômicos, culturais e éticos. Educar para a sustentabilidade significa, portanto, preparar cidadãos capazes de pensar e agir diante da complexidade dos desafios contemporâneos.

PAULO FREIRE E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Paulo Freire (1996) é uma das principais referências nesse campo, pois defendeu que a educação deve estar comprometida com a transformação social. Sua pedagogia da autonomia enfatiza a necessidade de formar sujeitos conscientes, críticos e capazes de intervir em sua realidade. Ao pensar a sustentabilidade, esse olhar freireano é essencial: não se trata apenas de transmitir informações sobre ecologia, mas de possibilitar que os estudantes problematizem as contradições do modelo de desenvolvimento vigente e construam alternativas mais justas e solidárias. Assim, a educação ambiental e para a sustentabilidade deve ser dialógica, participativa e emancipadora.

GADOTTI E A CIDADANIA PLANETÁRIA

Moacir Gadotti (2000; 2009) é outro autor central ao propor o conceito de cidadania planetária, que articula os direitos e deveres locais com a responsabilidade global. Para ele, a escola deve formar indivíduos que compreendam sua inserção em uma comunidade mundial e que se reconheçam como responsáveis pelo destino do planeta. Gadotti destaca que a sustentabilidade exige repensar práticas de consumo, modos de vida e relações sociais, de modo a construir uma nova ética voltada ao cuidado com a Terra e com as futuras gerações.

EDGAR MORIN E O PENSAMENTO COMPLEXO

Edgar Morin (2000) também contribui ao afirmar que os problemas ambientais e sociais só podem ser compreendidos a partir de um pensamento complexo, capaz de articular múltiplas dimensões da realidade. A educação para a sustentabilidade, nessa perspectiva, deve superar a fragmentação do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade e a integração entre ciência, ética e cidadania. Morin insiste que educar é preparar para a incerteza e para a solidariedade, princípios fundamentais diante da crise socioambiental.

BNCC E A SUSTENTABILIDADE

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) incorpora a sustentabilidade como um eixo transversal da formação escolar. Entre as dez competências gerais, destaca-se a que orienta o estudante a “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. Esse trecho explicita que a sustentabilidade não é um tema opcional, mas um princípio orientador da prática pedagógica, que deve estar presente em todas as áreas do conhecimento.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

No plano internacional, a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforçam a relevância da educação para a sustentabilidade. O ODS 4 prevê garantir educação inclusiva e de qualidade, enquanto o ODS 13 enfatiza a ação contra as mudanças climáticas. A escola, nesse contexto, é chamada a promover não apenas a transmissão de saberes, mas a formação de atitudes e valores que contribuam para a construção de sociedades sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Autores como Carlos Loureiro (2004) defendem a chamada educação ambiental crítica, que vai além de práticas pontuais, como reciclagem, para questionar os modelos de produção e consumo que geram desigualdade social e degradação ambiental. Essa abordagem enfatiza que a sustentabilidade é inseparável da justiça social, da democracia e da equidade, de modo que a educação precisa trabalhar a consciência ecológica em articulação com a luta por direitos.

Assim, a fundamentação teórica da educação para a sustentabilidade mostra que ela não é apenas uma inovação curricular, mas uma necessidade histórica e civilizatória. Ao articular pensamento crítico, cidadania planetária, interdisciplinaridade e compromisso ético, a escola pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de enfrentar os desafios ambientais e sociais do presente e do futuro.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, a educação para a sustentabilidade tem uma trajetória marcada por avanços normativos e pela presença em documentos oficiais, mas também por dificuldades de efetivação no cotidiano escolar. Desde a década de 1990, a legislação educacional já indicava a necessidade de integrar a educação ambiental como tema transversal. A Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, estabeleceu a obrigatoriedade da

inserção do tema em todos os níveis e modalidades de ensino, articulando-o à formação cidadã e à responsabilidade socioambiental.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforçou esse compromisso, reconhecendo que a escola deve formar estudantes capazes de compreender a complexidade dos problemas ambientais e sociais e de agir de forma ética e sustentável. Entre as dez competências gerais, destacam-se aquelas que abordam a responsabilidade socioambiental, a empatia e a tomada de decisões fundamentadas em princípios de sustentabilidade. Essa presença oficial, contudo, não garante automaticamente a prática: muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para traduzir os princípios da BNCC em ações pedagógicas cotidianas.

As experiências brasileiras revelam avanços significativos, mas também grandes desigualdades. Em escolas privadas, especialmente em grandes centros urbanos, observa-se a adoção de projetos interdisciplinares ligados à sustentabilidade, como hortas escolares, coleta seletiva, projetos de energia renovável e consumo consciente. Essas iniciativas, muitas vezes, contam com recursos materiais e parcerias com organizações da sociedade civil. Já em escolas públicas, apesar do esforço de muitos professores, a realidade de infraestrutura precária, turmas numerosas e falta de apoio institucional limita a continuidade das ações.

Pesquisas conduzidas por instituições como o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Carlos Chagas indicam que a inclusão da sustentabilidade nas práticas pedagógicas contribui para aumentar o engajamento estudantil, promover o senso de pertencimento e melhorar o clima escolar. Contudo, esses estudos também apontam que tais práticas são pontuais, dependendo muitas vezes do protagonismo de professores comprometidos, sem que haja uma política pública ampla e articulada.

Outro aspecto relevante no contexto brasileiro é a influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Muitos municípios e estados passaram a vincular seus planos de educação a esses objetivos, promovendo projetos que relacionam sustentabilidade a temas como alimentação saudável, mobilidade urbana e cidadania digital. Ainda assim, a tradução dos ODS em práticas escolares concretas permanece um desafio, devido à fragmentação curricular e à carência de formação docente.

Dessa forma, o cenário brasileiro revela avanços importantes no plano normativo e em iniciativas locais, mas também limitações relacionadas a desigualdades estruturais, falta de políticas intersetoriais e dificuldades de gestão. Consolidar a educação para a sustentabilidade no Brasil exige superar essas barreiras, garantindo condições materiais, pedagógicas e culturais para que o tema deixe de ser tratado como ação isolada e se torne um eixo estruturante da educação básica.

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA SUSTENTÁVEL

Embora a sustentabilidade já esteja presente em documentos oficiais, como a BNCC e a Política Nacional de Educação Ambiental, sua implementação efetiva nas escolas brasileiras enfrenta diversos obstáculos. Esses desafios envolvem desde questões estruturais até resistências culturais, revelando que a transição para uma prática pedagógica sustentável requer mudanças profundas e articuladas.

FORMAÇÃO DOCENTE LIMITADA

Um dos principais desafios está na formação inicial e continuada dos professores. Grande parte das licenciaturas não contempla disciplinas específicas sobre educação ambiental ou sustentabilidade, restringindo-se a uma abordagem superficial do tema. Mesmo na formação continuada, quando existem cursos ou oficinas, eles geralmente são pontuais e pouco articulados às práticas cotidianas da sala de aula. Dessa forma, muitos docentes

sentem-se inseguros ou despreparados para trabalhar a sustentabilidade de maneira crítica, interdisciplinar e contextualizada.

ESTRUTURA E RECURSOS INSUFICIENTES

A precariedade da infraestrutura escolar também dificulta o desenvolvimento de práticas sustentáveis. Muitas escolas não dispõem de espaços adequados para hortas, coleta seletiva ou projetos de reaproveitamento. Além disso, faltam materiais pedagógicos específicos e apoio financeiro para que as iniciativas tenham continuidade. Em muitos casos, professores e alunos dependem da criatividade e do esforço pessoal para realizar ações que deveriam contar com suporte institucional mais robusto.

CURRÍCULO FRAGMENTADO E ENGESSADO

Outro desafio recorrente é a fragmentação curricular. Embora a BNCC apresente a sustentabilidade como eixo transversal, na prática o currículo escolar ainda é estruturado de forma compartimentalizada, dificultando a articulação entre disciplinas. Muitas vezes, o tema acaba restrito a ciências ou geografia, sem ser integrado de maneira interdisciplinar a áreas como matemática, artes, história ou língua portuguesa. Essa abordagem fragmentada enfraquece a percepção de que a sustentabilidade é uma questão que atravessa todos os aspectos da vida.

CULTURA ESCOLAR E RESISTÊNCIAS

A cultura escolar tradicional, centrada na transmissão de conteúdos e na preparação para exames, também constitui barreira. Há quem considere que projetos de sustentabilidade “tomam tempo” de disciplinas consideradas mais importantes. Essa visão utilitarista da educação desvaloriza práticas como hortas escolares, projetos de reciclagem ou rodas de discussão sobre meio ambiente, reforçando a ideia de que a escola não deve se ocupar de questões sociais e ambientais.

DESIGUALDADES SOCIAIS E TERRITORIAIS

No Brasil, as desigualdades sociais aprofundam os desafios. Escolas localizadas em regiões periféricas ou rurais, muitas vezes, enfrentam problemas básicos, como falta de saneamento, alimentação adequada ou segurança, o que torna mais difícil priorizar projetos de sustentabilidade. Em contrapartida, são justamente essas comunidades as mais afetadas pela degradação ambiental, o que evidencia a urgência de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde, meio ambiente e assistência social.

FALTA DE CONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por fim, a falta de continuidade das políticas públicas é um desafio central. Programas de educação ambiental ou de sustentabilidade, quando implementados, muitas vezes ficam restritos a determinados governos ou projetos temporários, sem continuidade a longo prazo. Essa descontinuidade gera frustração, compromete a eficácia das ações e dificulta a criação de uma cultura institucional sólida em torno da sustentabilidade.

PERSPECTIVAS E CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Apesar das dificuldades enfrentadas, a educação para a sustentabilidade apresenta inúmeras possibilidades de consolidação, especialmente quando compreendida como dimensão transversal da prática pedagógica. O cenário aponta para a necessidade de integrar políticas públicas, práticas pedagógicas inovadoras e participação social, de forma a construir uma escola mais humanizadora e comprometida com a preservação da vida.

FORMAÇÃO DOCENTE E CULTURA INSTITUCIONAL

Um dos caminhos mais promissores é o investimento em formação docente. A inserção de disciplinas voltadas à sustentabilidade nas licenciaturas e a oferta de programas continuados de capacitação podem proporcionar aos professores maior segurança para trabalhar o tema de forma crítica e interdisciplinar. Para além da formação individual, é preciso cultivar uma cultura institucional que valorize a sustentabilidade como eixo pedagógico e administrativo, permeando decisões sobre consumo, energia, alimentação e gestão escolar.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES E METODOLOGIAS ATIVAS

A interdisciplinaridade constitui outro ponto essencial. Projetos que integrem ciência, artes, matemática, história e literatura, por exemplo, permitem que os estudantes percebam a sustentabilidade em múltiplas dimensões. Metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos, investigação científica, rodas de diálogo e uso de tecnologias digitais, favorecem a autonomia dos alunos e os colocam como protagonistas na busca de soluções. Experiências como hortas escolares, compostagem, reaproveitamento de materiais e campanhas de conscientização são exemplos práticos de ações transformadoras.

PARCERIA ESCOLA COMUNIDADE

A sustentabilidade exige articulação entre escola e comunidade. Quando as práticas pedagógicas se conectam com as necessidades locais — como gestão de resíduos, preservação de recursos hídricos ou alimentação saudável — elas se tornam mais significativas. Parcerias com organizações não governamentais, universidades e empresas podem fornecer apoio técnico, materiais e espaços de aprendizagem ampliados, fortalecendo a rede de corresponsabilidade.

CONSUMO CONSCIENTE E OS 5 Rs

A adoção dos princípios dos 5Rs — repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar — deve ser trabalhada desde a educação infantil, de forma lúdica e contextualizada, até o ensino médio, de forma crítica e sistematizada. Essa abordagem ajuda a transformar hábitos cotidianos, desenvolvendo nos estudantes a percepção de que pequenas escolhas individuais contribuem para mudanças coletivas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSETORIALIDADE

Para consolidar a educação para a sustentabilidade, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais. A articulação entre educação, meio ambiente, saúde e assistência social pode ampliar o impacto das ações, garantindo que escolas tenham recursos, materiais e apoio técnico para implementar práticas sustentáveis. A incorporação de indicadores de sustentabilidade em avaliações educacionais e planos de desenvolvimento escolar também pode contribuir para dar visibilidade e prioridade ao tema.

ESCOLA COMO ESPAÇO DE CIDADANIA PLANETÁRIA

Finalmente, a maior perspectiva que se apresenta é a construção de uma escola comprometida com a cidadania planetária, como propõe Gadotti (2009). Isso significa formar sujeitos que se reconheçam como parte de uma comunidade global e que compreendam a interdependência entre sociedades humanas e ecossistemas. A educação para a sustentabilidade, nesse sentido, vai além do ensino de conteúdos: trata-se de promover valores como solidariedade, respeito, cooperação e cuidado com as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo evidenciou que a educação para a sustentabilidade constitui uma necessidade urgente diante dos desafios socioambientais do século XXI. O resgate histórico mostrou que o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável surgiu como resposta às crises globais, mas consolidou-se

como princípio pedagógico ao ser incorporado em documentos internacionais, como a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e nacionais, como a Política Nacional de Educação Ambiental e a BNCC. A fundamentação teórica destacou a contribuição de pensadores como Paulo Freire, Moacir Gadotti e Edgar Morin, que reforçam a importância de uma educação crítica, emancipadora e interdisciplinar. Esses autores apontam para a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender a complexidade das relações entre sociedade e natureza, assumindo responsabilidade individual e coletiva pela preservação da vida.

O contexto brasileiro revelou avanços no campo legal e em experiências pedagógicas locais, mas também desafios relacionados à formação docente, à falta de infraestrutura, ao currículo fragmentado e às desigualdades sociais. Esses obstáculos indicam que, para consolidar a sustentabilidade na prática escolar, é preciso superar a visão reducionista que limita o tema a projetos pontuais e tratá-lo como dimensão estruturante da educação básica.

As perspectivas analisadas apontam caminhos possíveis: investir na formação inicial e continuada de professores, desenvolver projetos interdisciplinares, fortalecer parcerias entre escola e comunidade, adotar práticas de consumo consciente e articular políticas públicas intersetoriais. Mais do que uma tendência, a educação para a sustentabilidade é uma exigência ética e civilizatória, indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e ecologicamente responsável.

Conclui-se, portanto, que a escola deve assumir papel central nesse processo, não apenas como espaço de transmissão de informações, mas como ambiente de transformação social, de diálogo e de construção de cidadania planetária. A sustentabilidade, nesse sentido, precisa ser reconhecida como parte indissociável da missão educativa, comprometida com o presente e com o futuro das novas gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, M. Educação para a sustentabilidade: um desafio ético e político. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 20-30, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015.